

RESENHA

As cidades “visíveis”: patrimônio imaterial no Brasil sob a perspectiva do turismo cultural

por André Bonsanto Dias



As cidades “visíveis”: patrimônio imaterial no Brasil sob a perspectiva do turismo cultural

LEITE, Edson. **Turismo cultural e patrimônio imaterial no Brasil**. São Paulo: INTERCOM, 2011.

André Bonsanto Dias¹

As discussões referentes ao patrimônio, tradição e a questão das identidades vem se ampliando nos últimos anos. Decorrência de certa percepção – arraigada no senso comum - de que vivemos constantemente uma dilatação do tempo presente, impulsionada pelas novas tecnologias de comunicação. É, paradoxalmente, esta “cultura da memória” que nos faz presenciar certo medo de esquecimento: a comercialização em massa da nostalgia, da moda *retro*, da “musealização” das culturas, com o objetivo de resguardar um passado que corre o risco de não mais existir.

A noção “moderna” de patrimônio surge, neste sentido, com o objetivo de “solidificar” e manter arraigada nas coletividades esta noção de pertencimento, uma espécie de vínculo ao passado que nos constitui. No entanto, por mais que já consolidadas estas discussões, se levarmos em conta a realidade européia e norte-americana, que possuem políticas de memória muito mais bem definidas, a legislação referente ao patrimônio, ainda mais se pensarmos os de nível “imaterial”, é recente em nosso país. Os registros de bens de natureza imaterial no Brasil foram Instituídos oficialmente pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) apenas no ano de 2000, com o decreto 3.551, de 4 de agosto, que buscou, com o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), inventariar, registrar e resguardar os bens de natureza imaterial no país.

Sob esta perspectiva, a obra ‘Turismo cultural e patrimônio imaterial no Brasil’ de Edson Leite, surge em um momento importante para situar um debate mais bem localizado

¹ Professor Colaborador do departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Mestre em Comunicação pela UFPR (2012). Graduado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda (2007) e História (2008) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Email: andrebonsanto@hotmail.com

sobre a questão. Fruto da tese de livre-docência do autor, a obra, defendida na escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, tem a pretensão de ampliar a noção de cultura no sentido de dar um novo olhar sobre as questões do turismo cultural e o patrimônio imaterial no Brasil, buscando analisar, nas palavras do próprio autor “as possíveis percepções acerca do patrimônio cultural imaterial e dos recursos culturais brasileiros, e identificar o “estado da arte”, usos e significações que têm sido adotados com relação a esses bens.” (LEITE, 2011, p. 17)

Desta forma, Edson Leite percorre um amplo trajeto para situar em que sentido este turismo cultural vem sendo inserido, gradativamente, nas discussões acerca do patrimônio e da preservação das tradições em nosso país. Falar em tradição é, deve-se aqui pontuar, falar de memória, de identidade e pensar os usos que, enquanto consumidores e cidadãos, fazemos dessas lembranças, pelas andanças e vivências do cotidiano de turista, dialogando com aquilo que “imaterialmente” nos faz pertencer ao patrimônio, vívido e vivido.

Para pensar a essência da “patrimonialidade” na cultura popular, o conceito de cultura é, portanto, encarado pelo autor como práticas fluídas, que se resignificam a partir de um processo que não se dá de forma estanque. Assim, problematizar o “turismo cultural” a partir desta perceptiva é abarcar uma gama de manifestações que são híbridas, no sentido de que popular, massivo e erudito, se confluem num processo conflituoso e conturbado. Afirmar uma cultura “patrimonializada” é entender que tradições e crenças são cruciais na proposta de dar sentido à determinada prática cultural socialmente instituída, assegurando assim a própria identidade de determinado povo e localidade. O turismo baseado nesta imaterialidade dos patrimônios se ancora nas lembranças de uma coletividade: crenças, hábitos, usos e costumes que, perpetuados por gerações, instituem uma identidade particular àqueles que as constituem, fazendo com que, rememoradas, estas identidades se ancorem em um imaginário social particular.

Mas em que sentido esta cultura como vivência, pensada como articuladora de memórias e partilhada na e pela coletividade se relaciona com a ideia de um turismo cultural? Edson Leite vai buscar nas manifestações culturais de nosso país um turismo que é pensado nas “artes de viajar”, ou seja, um deslocamento humano como elemento cultural a ser consumido. Aquele lugar “visitado” pela lembrança, em que o consumidor-turista carrega na memória, nas imagens e percepções e não em uma mala de viagem.

Como mote central de reflexão o autor parte da premissa de que os bens imateriais são elementos estratégicos para a constituição identitária de nossa sociedade e busca, ao

longo de toda a obra, refletir acima das seguintes questões: “Qual a situação, usos e significações que têm sido adotados, no Brasil, para avaliar o patrimônio cultural imaterial? Como a interpretação ligada aos bens culturais de natureza imaterial pode interferir na área de lazer e turismo? Qual a importância do patrimônio imaterial para um país em vias de desenvolvimento, como o Brasil? Os critérios referentes ao registro de bens de natureza imaterial estão claramente definidos?”

Dividida em sete capítulos, a obra busca traçar um perfil dos registros imateriais no Brasil em sua relação com a identidade, a cultural e o turismo cultural consumidos neste “estado arte”. Os dois primeiros capítulos buscam situar o leitor em relação aos conceitos de turismo cultural e patrimônio, aqui ampliado para uma discussão referente à imaterialidade e a questão da cultura patrimonial. Problematizado a partir da ideia dos “novos turismos”, o turismo cultural, pontua o autor, deve ser entendido como lugar de cultura e significação, que envolve não apenas a experimentação desses bens, mas seus usos em um sentido educativo de preservação.

Turismo, cultura e patrimônio devem estar relacionados em uma “enunciação contextualizadora”, daí a importância da comunidade na construção desta identidade social que preserva e se utiliza dos recursos imateriais para dialogar com os turistas/visitantes. Podemos pensar que todos os municípios e regiões de nosso país possuem patrimônio cultural, no sentido de que possuem histórias, modos de fazer, celebrar e vivenciar as culturas. Mas nem todos esses patrimônios nos chegam como atrativos “turísticos”. É fundamental então, segundo o autor, que possamos pensar este “turismo cultural” como algo que se preserve, seja valorizado e promovido enquanto patrimônio que resguarda particularidades de cada localidade em seu sentido de presença e experiência.

Por mais híbridas e fluídas que sejam as identidades do século XXI, buscamos sempre traços comuns que nos ligam a determinadas comunidades. Por mais que pertençamos a várias delas, numa espécie de “celebração móvel”, como afirma Stuart Hall, é pela memória que, diacrônica e ambigualmente, incrustamos noções de pertencimento na coletividade. É pela lembrança que dialogamos com vivências, que partilhamos o imaterial. Desta forma, pensar o turismo cultural, em especial em um país como o Brasil, é pensar este “mosaico” de alternativas imateriais de patrimônio: tradições orais, práticas culturais, festas, ritos, folclore, o artesanato, que fundamentam todo o sentido de uma arte de fazer na coletividade.

Os capítulos centrais da obra são mais específicos na busca por uma problematização da questão da legislação patrimonial, onde o autor procura efetuar uma “listagem

patrimonial” a partir das cartas e resoluções vigentes, para se pensar aquilo que é considerado hoje unanimemente como patrimônio. Edson Leite discute desde as listagens mais canônicas, como por exemplo, a ideia das ‘Sete Maravilhas do Mundo’ para, indo além, abordar o ‘imaterial’ dentro do universo até então destinado ao físico e palpável.

Desta forma, procura o autor traçar a base das discussões referentes ao patrimônio imaterial no Brasil que, segundo a constituição federal, inclui as mais diversas manifestações: formas de expressão, modos de criar, fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais. Assim busca-se efetivar uma dialética entre a questão da patrimonialidade física e os bens culturais:

Os bens culturais estão impregnados de sentidos que vão além de sua materialidade. A razão de um monumento ser considerado um patrimônio cultural está não apenas em sua materialidade, mas na demonstração da engenhosidade humana que contém sua construção e, geralmente, no simbolismo que lhe é atribuído. Da mesma maneira, não há bem cultural de natureza imaterial que não se materialize de alguma forma, mesmo que frugalmente. A dança, a música, o saber fazer, a transmissão de conhecimentos, e outras formas de cultura que são desenvolvidas no tempo, às vezes podem ser registradas mecanicamente, às vezes são vividas em instantes; mas, nesse curto tempo de existência, tiveram uma materialidade. Portanto, entende-se que não há patrimônio material privado de imaterialidade, nem patrimônio imaterial privado de materialidade. (LEITE, 2011, p. 120-121)

É a partir do sexto capítulo que o autor busca especificar mais detalhadamente seu objeto, na tentativa de enumerar e exemplificar todos os bens culturais registrados pelo IPHAN de 2002 a 2010. Baseado na catalogação de livros de registros, o IPHAN instituiu três categorias de nomenclaturas: Livro de registro dos saberes, Livro de registro das celebrações e Livro de registro das formas de expressão. Ao todo o autor discute as até então 22 manifestações culturais catalogadas como patrimônios imateriais e que, em sua visão, impulsionam um mercado mais consolidado voltado ao turismo cultural no país.

O primeiro bem imaterial oficialmente registrado (datado de 20/12/2002) como patrimônio em nosso país foi o ofício das paneleiras de Goiabeiras, da região de Vitória-ES. Incluída no registro dos saberes, a fabricação artesanal das painéis de barro é parte constituinte da tradição e das práticas culturais da culinária capixaba, movimentando muito o turismo local. Está arraigado no popular, inclusive, o dito de que “moqueca, só capixaba, o resto é peixada.”, uma frase que impulsiona simbolicamente a tradição como um atrativo para o turismo da localidade.

Outras manifestações, já consolidadas no imaginário nacional e que representam “atrativos” para esta imaterialidade do turismo cultural são, por exemplo, o samba de roda do recôncavo baiano (instituído como patrimônio em 05/10/2004 no livro das formas de expressão), o ofício das baianas de Acarajé (14/01/2005 – das formas de expressão), a feira de Caruaru-PE (18/10/2006 – dos lugares), o frevo de Olinda/Recife-PE (09/02/2007 – das formas de expressão), o queijo mineiro da Serra da Canastra-MG (15/08/2008 – dos saberes) e a roda de capoeira (21/10/2008 – das formas de expressão).

Essas práticas, arraigadas na cultura popular da coletividade, no folclore, nas crenças e tradições, são a base do patrimônio dito imaterial que movimentam o turismo cultural no Brasil e são de suma importância para se pensar a questão do passado e das identidades dessas comunidades. Por isso o autor busca pensar alternativas, além da simples nomeação das práticas em si. O autor critica, por exemplo, o privilégio que alguns Estados e culturas ganharam, em detrimento de outras, o que revela a pouca “heterogeneidade” da nomeação e institucionalização destas manifestações, que acaba por revelar a pouca quantidade de práticas consolidadas, se pensarmos um país de proporções como o Brasil.

Isso decorre em virtude de que a própria legislação brasileira, bem como as resoluções da UNESCO com relação à legitimação do patrimônio cultural, deixam muitos pontos em aberto sobre o resguardo e proteção desses bens, depois de reconhecidos e registrados. No Brasil, por exemplo, poucos bens gastronômicos conseguiram obter status de patrimônio imaterial, uma vez que se deve pensar não apenas a receita e a comida em si, mas seu modo de preparação e seus usos nas comunidades.

Desta forma, o autor acredita que é preciso um maior incentivo e pressão da sociedade, para legitimar algumas dessas práticas que só irão sobreviver através das transformações ao longo do tempo em suas relações com as culturas. O turismo cultural só ocorre de forma eficiente, de acordo com a avaliação do autor, quando as comunidades estiverem cientes do valor de seu patrimônio, os protegendo e promovendo da forma cautelosa:

A imagem do lugar é formada por fatores, muitas vezes, intangíveis, elementos que, aglutinados em uma localidade, oferecem um panorama extremamente convidativo aos visitantes. Nesse sentido, o patrimônio imaterial é um elemento-chave para a constituição dos destinos turísticos. (LEITE, 2011, p. 191)

O desafio é que pensemos o patrimônio como algo que possa ser “interpretado” em um ato de comunicação. Comunicação aqui no sentido de experiência vivida na e pela cultura,

que emerge no turismo como forma de representação. Interpretar o patrimônio, e aí o autor coloca uma espécie de desafio para seu leitor que o acompanhou ao longo da obra, é pensar na educação patrimonial enraizada em seus usos e tradições do popular. Transformar as vivências da cidade – fazendo uma apropriação inversa de Ítalo Calvino - em experiências “visíveis”, como um consumo imaterial de um bem que não é “palpável”, mas que é bem “perceptível” e partilhado na experiência do simbólico. **RIF**